

A REFORMA E O LAÇO SOCIAL ENCONTROS E DESENCONTROS DE UMA TRANSIÇÃO

RESUMO

A saída formal do mercado de trabalho continua a ser um momento que provoca alterações na vida das pessoas que a experienciam. Esta constatação exige uma reflexão sobre a reforma, seu surgimento e alguns dos preconceitos e estereótipos que acabam por lhe estar associados. Neste texto, e a partir da análise de conteúdo de entrevistas realizadas a pessoas reformadas no âmbito de uma dissertação de Mestrado intitulada “Voluntários/as reformados/as: Práticas de Voluntariado na Reforma”, explorou-se, à luz da teoria do “Laço Social”, proposta por Serge Paugam (2008), de que modo esta transição afetou as suas vidas. A análise recaiu sobre a experiência da reforma considerando as duas dimensões do Laço Social, propostas pelo autor – a proteção e o reconhecimento -, bem como as implicações que a reforma teve para estas pessoas nos quatro tipos de Laço Social que apresenta. Se por um lado o laço de participação orgânica é fragilizado com a entrada na reforma, por outro os outros três tipos de laço social acabaram por se reforçar com a entrada na reforma, nomeadamente o Laço de filiação, o Laço de participação eletiva e o Laço de Cidadania, ainda que com expressões diversificadas entre as várias pessoas. Neste texto evidenciam-se ainda, os debates relativamente à reforma e aos preconceitos e estereótipos associados à velhice e ao envelhecimento como preocupações atuais para a Pedagogia Social.

REFORMA - DESAFIOS NA ATUALIDADE

A reforma, sendo uma das transições significativas (Moen & We-thington, 1999, p. 18) que marca o ciclo de vida dos indivíduos, comporta desafios e mudanças que importa compreender tanto ao nível mais pessoal como estrutural. Neste sentido, repensar o papel das pessoas reformadas nas sociedades atuais é uma necessidade emergente, num contexto político/ económico que exclui de uma forma mais ou menos evidente as pessoas mais velhas das atividades produtivas remuneradas. Guillemard (2007) chama a atenção para a centralidade que o tempo de trabalho tem na vida das pessoas e na sua autoperceção do sentido de utilidade social, tornando-se por isso fundamental refletir e cooperar com vista à construção de uma nova perceção da velhice, fortalecida no potencial ainda pouco explorado do crescente grupo de pessoas reformadas enquanto agentes e atores de mudança.

ALGUNS NÚMEROS SOBRE A REFORMA EM PORTUGAL

Em 2007, Guillemard apresentava dados da Eurostat que mostravam que a taxa de emprego de homens com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos sofreu um decréscimo em Portugal entre 1971 (82,1%) e 2003 (61,6%), verificando-se uma diminuição de 25% da taxa de emprego masculino nesta faixa etária. Não obstante o aumento transversal do desemprego em todas as faixas etárias em Portugal nos últimos anos (de 6,3% de desemprego total em 2003 passou-se para 16,2 % em 2013, e este valor continua a aumentar), também no grupo etário dos 55 aos 64 anos este valor tem vindo a apresentar aumentos significativos: de 4,3% em 2003 passou para 13,8% em 2013 (Pordata, 2010).

Seguindo a reflexão de Guillemard (2007) e perante os dados apresentados, percebe-se com alguma facilidade que o amplamente discutido aumento da população com mais de 60 anos não é coerente com o progressivo afastamento das pessoas mais velhas do mercado do trabalho, que acontece cada vez mais cedo, reforçado pelos sistemas de reformas e pré-reformas e pelo

Martins, Teresa
Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto
teresamartins@ese.ipp.pt

Palavras-chave
reforma, laço social, reconhecimento, proteção

desinvestimento progressivo relativamente a estes/as trabalhadores/as.

Para além de muitos outros fatores, estes de ordem demográfica vêm reforçar a necessidade crescente de repensar a forma como se olha para a população idosa, mais concretamente no que diz respeito à sua relação com o mercado de trabalho e à relação que o trabalho tem com estes/as, o que revela uma correlação direta com a forma como as diferentes gerações se relacionam num contexto multidimensional, com implicações sociais, económicas e estruturais.

Guillemard (2007) afirma que a questão das transferências sociais entre ativos/as e inativos/as é redutora quando se analisa a questão da reforma e do seu impacto na vida das pessoas e das sociedades, até porque há que considerar que a reforma tem um impacto significativo na forma como se organiza todo o sistema de solidariedade intergeracional atual.

CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM DESVALORIZADA DO PERÍODO DA REFORMA

O Estado Providência teve um papel muito significativo no reforço da centralidade do tempo de trabalho dos indivíduos ao longo do seu percurso de vida. Se durante a juventude deveria haver proteção social que garantisse às pessoas a possibilidade de estudar, para se prepararem para entrar no mercado de trabalho, na velhice as pessoas teriam direito a um descanso protegido, com base no seu percurso enquanto trabalhadores (Guillemard, 2007). Esta organização do Estado Providência acaba por abrir espaço a uma desvalorização do tempo de inatividade, que neste contexto se prende com o tempo de formação e o tempo da reforma.

Na obra *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Esping-Andersen (1990) estuda as políticas sociais e categoriza diferentes modelos de Estado Providência, procurando perceber em que medida contribuem estas políticas para uma maior autonomização

dos indivíduos para sobreviverem em relação ao mercado. O autor fala no conceito de desmercantilização da força de trabalho dos indivíduos, ou seja, analisa as políticas tendo como referência o grau de autonomia e independência que essas políticas conseguem garantir aos indivíduos e (ou) famílias de sobreviverem para além das relações de mercado (Silva & Zimmerman, 2009, p.345).

Neste sentido, podemos considerar que estas medidas que estabelecem a idade da reforma e garantem pensões para os indivíduos reformados poderão ser medidas que permitem uma desmercantilização das pessoas idosas, que deixam de depender do mercado de trabalho para sobreviver. Não podemos, contudo, esquecer que os valores das reformas auferidas estão intimamente ligados às relações que cada pessoa teve com o mercado ao longo do seu percurso de vida, e de acordo com o seu percurso contributivo, havendo à partida uma clara e assumida diferenciação relativamente ao valor das pensões de reforma dentro daquele que é muitas vezes presumido como grupo homogéneo – os/as reformados/as. Esta questão, aliada a muitas outras, tem também um impacto importante na forma como os indivíduos enfrentam esta nova fase da sua vida.

IDADISMO

Esta distribuição do ciclo de vida tendo por base critérios etários, explicada por Gillemard (2007) e também por outros/as autores/as, como Melissa Petit (2009), põe em evidência e reforça um percurso de vida rigidificado, marcado por etapas que marcam a passagem de um estatuto a outro, sem possibilidade de retrocesso, potenciando assim o surgimento de preconceitos e estereótipos relativamente a cada uma destas etapas. Estes preconceitos e estereótipos, que têm impactos muito distintos nestas diferentes fases, tornam-se muito significativos no que diz respeito à auto e hetero imagem, que se vai fortalecendo relativamente aos/as idosos/as. Perante situações de inatividade decorrentes do seu afastamento do trabalho, sobretudo pela reforma, as pessoas idosas acabam por ser remetidas frequentemente para situações de inatividade que reforçam representações de inutilidade destes indivíduos.

Conscientes dos impactos dos estereótipos e mitos existentes em relação às pessoas idosas, autores/as como Hoffman, Paris e Hall (1994) alertam para a tendência da sociedade para discriminá-las, ignorá-las, ou não (as) levar a sério (Hoffman, Paris & Hall, 1994, p.509). É neste entendimento que surge o conceito de “ageism” ou idadismo: estereótipo, preconceito ou discriminação baseados na idade, neste caso especificamente face a pessoas idosas (Fonseca, 2006, p.27).

Importa ter em conta que estes estereótipos e preconceitos em relação às pessoas idosas são um fenómeno muito abrangente, que tem subjacentes questões complexas e diversas, sendo importante reforçar que acabam por ter impactos diferentes de acordo com as circunstâncias de vida de cada pessoa, podendo reforçar nos/as próprios/as idosos/as uma auto imagem de incompetentes e incapazes.

A REFORMA

Perante os novos desafios que se têm vindo a referir, importa compreender do que falamos quando nos referimos à reforma.

Em 1986, Erikson defendia que a forma como a reforma tem sido percebida ao longo dos tempos vinha a alterar-se. Enquanto que anteriormente a reforma era entendida como o tempo do descanso dos/as idosos/as depois de um período longo de trabalho, compreendia-se que esta era cada vez mais percebida como o tempo para usufruir de uma nova fase da vida, desfrutando de novas experiências e descobertas (Erikson, 1986).

O aumento da esperança média de vida e o facto de se chegar cada vez mais com melhores condições físicas e mentais à reforma, têm contribuído significativamente para esta mudança de perspectiva relativamente à reforma. A dissociação crescente entre a idade em que as pessoas se reformam e as manifestações de senescência, bem como as novas dinâmicas sociais, destacando-se as crescentes possibilidades de percursos muito diversificados que abrem possibilidades de entradas na reforma cada vez menos uniformes, têm trazido múltiplos desafios para a compreensão da reforma e, conseqüentemente, do papel de “reformado/a”.

Fonseca (2011) apresenta uma síntese das principais ideias associadas à “reforma”, que configura como três definições possíveis do conceito: “(i) ausência de emprego “a tempo inteiro”; (ii) rendimento económico proveniente da segurança social e/ ou de outras pensões; (iii) identificação pessoal com o papel de ‘reformado’.” (Fonseca, 2011, p.11).

Ainda que estejam a acontecer mudanças significativas relativamente à forma como a reforma é percecionada, a literatura evidencia que esta passagem de trabalhador/a a reformado/a tem implícito um conjunto de mudanças que, na maioria dos casos, terão um grande impacto na vida das pessoas, sendo considerada um autêntico momento de viragem na vida de cada um (Fonseca, 2011, p.11), comportando mudanças e desafios que implicam, por mais diversificados que possam ser os percursos, uma adaptação.

O grande desafio da reforma prende-se com o facto de esta contribuir para uma desinserção profissional, como defende Erikson (1986), e como corrobora Fonseca (2011), referindo que ao reformar-se, a pessoa abandona a condição de ‘activa’ (socialmente bastante determinada, como vimos) e necessita de se adaptar à condição de ‘reformada’ [...] (Fonseca, 2011, p.11). O trabalho, para além de ser um elemento fundamental na estruturação da vida económica e familiar dos indivíduos, acaba também por ser um importante contexto no que concerne ao estabelecimento de relações com colegas e até amigos/as com os quais a pessoa partilha grande parte do seu dia-a-dia. Erikson (1986) refere que o trabalho é um contexto em que a pessoa é parte de um empreendimento coletivo, é parte de algo maior que vai além do próprio indivíduo contribuindo também para a definição dos seus papéis sociais. Assim, a saída do mundo do trabalho implicará, necessariamente, um conjunto de readaptações, tanto na gestão do tempo no quotidiano, como na gestão das relações – sociais, profissionais e até familiares.

Neste sentido, autores como Kleiber e Amigo (2012) falam sobre a importância da preparação dos indivíduos para a reforma, nomeadamente a partir daquilo a que chamam de “educación para el ocio” (Kleiber & Amigo, 2012, p.139), visto que a reforma comporta uma alteração muito significativa relativamente à quantidade de tempo livre que a pessoa tem que gerir, podendo ser importante uma preparação consciente e atempada destas mudanças, também relativamente a aspetos objetivos como a gestão do tempo livre.

TEORIA DO LAÇO SOCIAL

Procurando compreender os impactos da reforma na vida dos indivíduos à luz de uma outra abordagem, podemos refletir sobre as ruturas que esta mudança no contexto de vida dos indivíduos acarretam relativamente àquilo que Serge Paugam (2008) chama de Laço Social. Segundo este autor, o laço social tem sempre presente duas dimensões: a proteção, que se prende com os recursos que cada pessoa pode mobilizar perante as dificuldades com que se depara ao longo da vida, e o reconhecimento, que está intimamente relacionado com a interação com outras pessoas e que estimula a pessoa, reforçando a importância da sua existência e permitindo que seja valorizada pelo outro.

Assim sendo, reforça-se a ideia de que o trabalho pode efetivamente ser um importante contexto no que respeita ao fortalecimento do laço social em ambas as dimensões, podendo a reforma ser um precipitador da rutura do laço social dos indivíduos. Esta situação tornar-se-á particularmente evidente no que diz respeito ao laço de participação orgânica que, segundo Paugam (2008), se fortalece entre atores da vida profissional e tem subjacente a aprendizagem e o desempenho de uma função, tarefa no contexto laboral. O facto de o indivíduo ter estabilidade no emprego e garantias de proteção social asseguram a dimensão da proteção do laço social, que poderá não ficar tão afetada com a reforma, uma vez que à partida a pessoa continuará a ver garantidos os seus direitos de proteção social e de acesso a serviços – públicos e/ ou privados – de acordo com o seu percurso profissional. Por outro lado, no que diz respeito à dimensão do reconhecimento, que está associada ao sentimento de utilidade e estima social, já não se poderá dizer o mesmo, sendo esta uma das mais significativas ruturas que a reforma representa na vida do indivíduo. Como já foi referido, a reforma é frequentemente associada à inutilidade, havendo por isso uma desvalorização social do estatuto de reformado/a e do seu papel na sociedade. É neste seguimento que se torna imperativo pensar no impacto que esta rutura tem na vida dos indivíduos e das sociedades, pensando-se paralelamente se poderão existir formas de a contrariar.

Contudo, há que ter em conta que o Laço Social não se restringe à participação orgânica, daí que fará sentido perspetivar a

vivência da reforma considerando os outros tipos de Laço Social, assumindo-se que esta poderá ser uma das etapas mais privilegiadas para o reforço dos três outros tipos de laço social apresentados pelo autor.

No que diz respeito ao laço de filiação, que o autor associa à relação à família, destacando pais/filhos/as, pode verificar-se o seu reforço sobretudo em relação a netos/as, bisnetos/as ou outros elementos mais novos da família, havendo um investimento afetivo recíproco entre gerações. Fatores como a maior autonomia para se deslocarem bem como a capacidade para utilizarem e recorrerem às novas tecnologias da informação podem ser um recurso potenciador desta maior proximidade entre as gerações.

A reforma pode também ser o tempo de reforço do laço de participação eletiva, associado essencialmente às relações de amizade que a pessoa estabelece para além da família, tanto com pessoas com as quais já mantinha este tipo de laço, ou até pelo estabelecimento de relações de amizade com novas pessoas que possa conhecer nesta fase (Paugam, 2008).

Por fim, esta crescente tomada de consciência do papel que podem os/as idosos/as reivindicar enquanto agentes de mudança e de participação política e social poderá ser a expressão maior do fortalecimento do laço de cidadania (Paugam, 2008).

NOTA METODOLÓGICA

Este artigo foi realizado a partir da análise de conteúdo de entrevistas realizadas a pessoas reformadas no âmbito de uma dissertação de Mestrado sobre “Voluntários/as reformados/as: Práticas de Voluntariado na Reforma”, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Gerontologia Social (Martins, 2012).

Optou-se por basear todo este estudo numa metodologia qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994), considerando que se pretendiam sobretudo compreender as motivações e representações dos/as participantes.

Realizaram-se seis entrevistas semidiretivas já que se procurou um contacto direto com as pessoas que participaram no estudo, selecionadas a partir de pessoas chave das instituições em que fazem voluntariado. O recurso a esta técnica de recolha de informação prende-se também com o facto de esta ter como grande potencialidade um dos principais objetivos deste trabalho, ou seja, a análise do sentido que os actores dão às suas práticas... (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 193).

O material mobilizado para este artigo provém da análise de conteúdo das entrevistas a partir da qual se pretendeu chegar ao “rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, resultando na elaboração de indicadores (...) que devem levar o pesquisador a uma segunda leitura da comunicação, baseada na dedução, na inferência”(Cappelle, s.a.).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A reforma, encarada como uma das transições significativas (Moen & Wethington, 1999) do processo de desenvolvimento, está marcada pela centralidade socialmente atribuída ao período de vida ativa e produtiva, o que leva a que a desinserção profissional que caracteriza a reforma se materialize como um dos grandes desafios que as pessoas têm que enfrentar aquando desta nova etapa das suas vidas.

A compreensão de significados para a reforma surge nos discursos das pessoas entrevistadas neste estudo, marcados essencialmente por um entendimento do que significa para si próprio/a o tempo da reforma, bem como dos seus possíveis papéis enquanto reformados/as.

Artur (68 anos) evidencia ao longo da entrevista esta reflexão sobre a reforma e a melhor forma de a encarar, que se torna óbvia quando refere que “eu acho que a reforma é para ser vivida de alguma forma! Sem estar parado, mas também sem ter a pressão do tempo do trabalho.”

“Quem trabalha 37 ou 38 anos, eu ainda consegui fazer 47 anos de trabalho, quando chegar ao fim desse tempo não pode estar sujeito a ter que se levantar às 7h porque às 8.30h tem que estar ali e depois sai às 16h... não, tem que ter uma certa liberdade, de arranjar um esquema em que tem obrigações para não ficar no ostracismo, ter alguma obrigação, de fazer alguma coisa, que é para me movimentar mas também não estar preso, senão a qualidade de vida vai-se embora.”

Artur realça a importância da pessoa ter objetivos para o seu dia-a-dia, de ter compromissos que o impelem a agir e a manter-se ativo, reforçando, porém, a importância de se encontrar um equilíbrio entre as atividades e compromissos que vai assumindo e outras dimensões que considera importantes, como o lazer e a liberdade de ir gerindo o seu tempo a seu gosto, remetendo-nos ao longo do seu discurso para importância das pessoas prepararem a sua reforma, tal como vai recomendando a pessoas amigas: “vocês comecem a preparar, quando chegar a uma altura, comecem a arranjar um hobby, uma coisa qualquer, que

depois quando deixarem de trabalhar, não tenham uma transição tão brusca. Quer dizer, às vezes, uma passagem que pode ser realmente um programa do voluntariado, quando for possível, um trabalho desses.... Um bricolage por exemplo, começar...”

Indo claramente ao encontro do que reforça a literatura, verifica-se que o percurso profissional das pessoas entrevistadas marcou de forma muito significativa as suas vidas, tanto pela intensidade e esforço exigido pela especificidade do trabalho desenvolvido, como referem José, 67 anos, (que fez toda a sua carreira ativa na Banca) - “durante a minha vida ativa tive sempre uma ocupação profissional muitíssimo intensa.”-, e João, 78 anos, (Chefe de Serviço Administrativo de uma grande empresa) - “eu era responsável por uma grande área administrativa numa das maiores empresas do Porto”-, como pelo envolvimento emocional que marcou todo um percurso profissional, patente nas palavras de Beatriz, 81 anos, (professora e assistente social em Angola e Moçambique) - “Mas foi tudo bonito e voltava a fazer o mesmo... eu como funcionária pública nunca o fui. Nunca tive horas, nem domingos.”-, de Ana, 57 anos, (professora do 1º ciclo), quando refere que “Eu na escola tinha que ser professora, muitas vezes tive que fazer o trabalho de uma auxiliar, tive que limpar a escola,...”, e de Matilde, 58 anos (cozinheira), - “Adorava! Ainda tenho saudades, mas...”.

REPRESENTAÇÕES RELATIVAMENTE À REFORMA

Tendo sido tão evidente nas entrevistas este forte envolvimento em relação ao tempo do trabalho, ficou em aberto a curiosidade relativamente à forma como as pessoas entendem esta questão da saída do mercado de trabalho. Voltando à abordagem de Paugam (2008), compreende-se que várias pessoas fazem referência à rutura do laço de participação orgânica, mas associado sobretudo a outros, evidenciando um distanciamento a estes impactos menos positivos relativamente à reforma:

“...a maioria das pessoas quando entra na reforma fica com grande disponibilidade de tempo e às vezes até com dificuldade em saber como ocupar o tempo.” (José)

“Quando ao fim de muitos anos de trabalho se pára muito tempo as pessoas depois sentem que já não são capazes.” (Ana)

“Para não ser aquela, aquela saída... Sai do mundo do trabalho em que se levanta de manhã, chega a noite sempre ocupado, sempre ocupado e agora, de repente, fica sem ter que fazer nada.” (Artur)

Em relação a esta questão apenas Ana assume de forma clara o afastamento do trabalho como um momento de rutura, referindo que “Depois quando me reformei, sente-se a falta... Sente-se a falta... É muito bom estar reformada mas uma pessoa trabalha 30 e tal anos e depois o parar, pelo menos comigo, não deu resultado. Estive parada uns tempos, uns meses para descansar e tal mas depois...”

Esta constatação leva-nos a questionar o impacto que o facto de terem entrado na reforma poderá ter tido nos três outros tipos de laço social, mantendo-nos na abordagem de Paugam.

No que concerne ao laço de filiação, associado pelo autor ao reforço das relações familiares de diferentes gerações (Paugam, 2008), duas pessoas referiram que a reforma permitiu o reforço deste laço, sendo que o caso de Ana - “Depois também tinha uma neta bebé, que nasceu mais ou menos nessa altura, e eu

fiquei com ela diariamente, portanto tinha o tempo muito ocupado...(...) também tenho que dar resposta às necessidades dos meus porque também tenho pessoas de idade, tenho a minha mãe e outras pessoas da família, que também precisam de mim, e os meus filhos, a minha família mais direta” - e de Beatriz, que refere que “na Pré-reforma eu tive uma coisa que eu chamo o meu totoloto, que foi o neto que nasceu. E passado 4 meses, 5, fui a Lisboa buscá-lo porque ele nasceu muito miudinho e fui buscá-lo e trouxe-o.”

José menciona o reforço do laço de filiação mas em relação a outros, quando diz que “...algumas pessoas entram na reforma e têm uma vida muito ocupada, a cuidar de pais ainda mais idosos que necessitam ainda de muita assistência, ou com filhos ainda em condições em que precisam também de muita assistência...”

Apenas Beatriz faz referência ao reforço do laço de participação electiva, remetendo para um período após a reforma em que passava muito tempo com amigas, com as quais tinha programas diários “telefonava-me a T.: vamos à baixa passar a tarde e lanchamos, hoje pago eu. Na quinta depois telefonava a F.:hoje vamos à baixa” e lá ia eu. Era a semana toda.”

No que diz respeito à possibilidade de a reforma permitir o reforço do laço de cidadania, poder-se-á dizer que está patente no discurso de todas as pessoas entrevistadas, em diferentes momentos e referido de diversas formas, podendo-se aqui evidenciar a observação de João, quando relata que “Efetivamente eu queria, permita-me, dar-me nesse sentido. E, de tal forma que, tanto queria dar-me e hoje vivo assim.[muito dedicado ao voluntariado]”, ou que “Há muitas formas de ser útil, mas pareceu-me uma das formas de ter em conta, e portanto, foi por isso.”, bem como Ana, que diz que “o parar não ajuda e às vezes fazer alguns trabalhos de voluntariado, uma coisa levezinha vai ajudar as próprias pessoas reformadas, ao não as ajudar a envelhecer ou a deprimir e vai ajudar outros que precisam. No fundo há uma entreatjada.”

Também José faz referência à possibilidade de reforço do laço de cidadania, quando observa que “com a reforma a pessoa passa a ter mais tempo livre e começa a equacionar “Como é que eu vou ocupar este tempo?” E ai nasce a vocação para ser útil!”, acrescentando que “é uma boa pedagogia informá-los (aos reformados) sobre a vocação social de uma conduta pós-reforma.”

CONCLUSÃO

Perante as reflexões apresentadas neste trabalho podemos compreender que é imperativa a exigência de uma maior flexibilidade às estruturas de apoio e suporte social, até porque o abandono da vida profissional pode dar-se em idades e segundo modalidades muito diversificadas de pessoa para pessoa e a transição do trabalho para a reforma é hoje muito mais fluida que dantes, articulando-se com formas de abandono da vida profissional carregadas de ambiguidade temporal e social como ‘horário flexível de trabalho’, ‘pré-reforma’, ‘desemprego de longa duração’, etc (Fonseca, 2011, p.19).

Considerando que a Pedagogia Social abre espaço para uma intervenção pedagógica perante necessidades sentidas pelas pessoas e que resultam dos conflitos que marcam a sociedade (Quintana, 1984), considera-se que os debates sobre a Reforma, sobre a forma como é vivenciada esta transição, como as pessoas se preparam (ou não se preparam) para esta mudança, bem como os preconceitos e estereótipos associados à reforma, à velhice e ao envelhecimento se constituem como preocupações atuais para a Pedagogia Social.

Neste sentido, e recuperando a perspetiva de Guillemard (2007), a tónica das políticas sociais não deve situar-se exclusivamente na indemnização do risco, devendo esta ser uma das suas componentes, mas tendo sempre como princípio orientador contribuir para manter as capacidades de participação efetiva das pessoas em contextos profissionais e/ ou outros. A autora refere que a proteção social deve ter subjacente o princípio de investimento social, explorado por Esping-Andersen (citado por Guillemard, 2007), que pressupõe o estabelecimento de meios que permitam o desenvolvimento das capacidades das pessoas e o seu acesso à educação e formação ao longo das suas vidas.

A valorização de outras dimensões da vida das pessoas, como vimos a partir da análise da teoria do Laço Social, de Serge Paugam (2008), será incontornável se se entender como fundamental uma mudança de paradigma relativamente àquele que poderá ser o lugar das pessoas mais velhas nas sociedades ocidentais. A discussão já não pode assentar na dicotomia atividade/ inatividade,

já que se tem tornado cada vez mais evidente que esta questão não pode ser lida apenas pela lente do trabalho formal e remunerado.

A problematização desta questão, para além da sua dimensão essencialmente económica, pode ser um dos fortes argumentos na reivindicação de uma nova solidariedade entre as gerações que assente numa maior capacidade para potenciar o papel das pessoas mais velhas nos mais diversos domínios da vida social.

Se esta visão mais otimista e possível da vivência da velhice ainda não é real para todas as pessoas e estará ainda para muitas longe de o ser, acredita-se cada vez mais que caminhamos para a reivindicação crescente desta continuação e reforço de uma mudança de paradigma, assente no respeito pelos Direitos Humanos de todas as pessoas, nomeadamente as pessoas idosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação – Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Cappelle, M., Melo, M., & Gonçalves, C. (2003). Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações Rurais & Agroindustriais – Revista Eletrônica de Administração da UFLA*, 5 (1).
- Erikson, E., Erikson, J., & Kivnick, H. (1986) *Vital involvement in old Age*. New York: W. W. Norton.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. New Jersey: Princeton University Press.
- Fonseca, A. (2006). *O envelhecimento – Uma abordagem psicológica* (2ª edição). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Fonseca, A. (2011). *Reforma e reformados*. Coimbra: Almedina.
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2010). Pordata - Base de dados Portugal contemporâneo. Acedido em 14 de Maio de 2014, em <http://www.pordata.pt/>
- Guillemard, A.M. (2007). Uma nova solidariedade entre as idades e as gerações numa sociedade de longevidade. In S. Paugam (Eds), *Repenser la solidarité. L'apport des sciences sociales*. Paris: PUF.
- Hoffman, L., Paris, S., & Hall, E. (1994). *Development psychology today* (6th edition). New York: McGraw-Hill.
- Kliber, D. A., & Amigo, F. B. (2012). La educación para el ocio como preparación para la jubilación en Estados Unidos y España. *SIPS - Pedagogia Social. Revista interuniversitária, Tiempos educativos, tiempos de ocio*, 20, 137-176.
- Martins, T. (2012). *Voluntários/as reformados/as: Práticas de voluntariado na reforma* (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Sra. da Hora, Portugal.
- Moen, P., & Wethington, E. (1999). Midlife development in a life course context. In S. Willis & J. Reid (Eds), *Life in the middle*. S. Diego: Academic Press.
- Paugam, S. (2008). *O Laço social*, Paris: PUF.
- Petit, M. (2009). Os reformados como novo recurso para a solidariedade e a coesão social. In *Seminário Combater a Reprodução Intergeracional da Pobreza e da Exclusão Social: que intervenções?: Actas*. Senhora da Hora: Centro de Investigação em Ciências Sociais do Serviço Social.
- Quintana, J. M. (1984). *Pedagogia Social*. Madrid: Dykinson
- Quivy, R., & Campanhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Silva, M., & Zimmermann, C. (2009). O princípio da desmercantilização nas políticas sociais. *Caderno CRH* 22 (56), 345-358.